

Reforma do Estado e Cultura Comportamental: Duas Faces do Desenvolvimento

Sebastião Feye de Azevedo e Carlos Brito

Resumo Executivo

O presente documento sintetiza as reflexões e propostas do *Position Paper* n.º 4 da SEDES, que aborda a Reforma do Estado e a evolução da cultura comportamental como pilares indissociáveis do progresso nacional. Portugal enfrenta um cenário de crescimento económico "anémico" e uma incapacidade crónica de concretizar reformas estruturais, apesar da abundância de estudos e diagnósticos disponíveis (mais de 5.000 páginas de análise produzidas recentemente). As conclusões centrais apontam que:

1. **Portugal está estagnado:** O país ocupa a segunda metade da tabela europeia em indicadores de desenvolvimento, produtividade e governação.
2. **O "Nó" Corporativo:** As corporações e o conservadorismo institucional bloqueiam a adaptação do Estado aos tempos globais e competitivos.
3. **Serviços Públicos em Crise:** A Justiça, a Saúde (SNS) e a Educação sofrem de uma degradação visível, exigindo reformas que superem a mera injeção de capital.
4. **Cultura como Barreira:** Sem uma evolução na disciplina coletiva, no racionalismo funcional e na ética, as reformas estruturais falharão.
5. **Urgência Económica:** O crescimento económico é o cerne da questão; sem ele, o Estado Social é insustentável e o combate à pobreza (2 milhões de portugueses) será ineficaz.

1. Enquadramento e Diagnóstico Nacional

Portugal não é um país pequeno nem subdesenvolvido, mas apresenta um desempenho paradoxal face ao seu potencial e capital humano.

- **Posicionamento Internacional (2024/2025):**
 - **IDH:** 40.^a posição global; 21.^a na União Europeia.
 - **PIB per capita:** 44.^a posição mundial; 18.^a na UE.
 - **Eficiência Institucional:** Posiciona-se na metade inferior da UE no controlo da corrupção (15.^o a 19.^o) e na eficácia governamental (19.^o).
- **Capital Humano:** Existe uma geração jovem altamente qualificada, mas o país enfrenta um problema grave de **retenção de talentos**, que emigram ou se concentram na macrocefalia de Lisboa, desertificando o Interior.

- **A herança do imobilismo:** O documento destaca que a incapacidade reformista não é por falta de conhecimento, mas por falta de vontade política e resistência de interesses instalados.

2. Reforma do Estado e das Grandes Instituições

A reforma deve ser entendida em sentido lato, abrangendo desde a macroacção política até à microacção quotidiana que serve o cidadão.

2.1. O Problema das Corporações

O corporativismo, herdado do Estado Novo e fragmentado na democracia, actua como uma "camisa de sete varas". Muitas corporações funcionam como correias de transmissão política, paralisando serviços em defesa de interesses egoístas, com prejuízo directo para a economia e para os cidadãos.

2.2. Serviços Públicos: As "Mães de todas as Reformas"

O documento identifica uma degradação crítica em três pilares fundamentais:

- **Saúde (SNS):** Assistimos a uma "vergonha" para o sistema público, com serviços de obstetrícia fechados, tempos de espera indignos e uma fuga para os seguros privados. A produtividade é baixa e a acumulação de funções público-privadas carece de controlo ético e funcional.
- **Justiça:** É o principal pilar do desenvolvimento, mas a sua inoperância gera custos de contexto gravíssimos. A "justiça para ricos" (que permite prescrições em megaprocessos) contrasta com a "justiça para pobres". É urgente rever a qualidade da legislação e garantir decisões em tempo útil.
- **Educação:**
 - **Superior:** Necessidade de maior autonomia responsável e revisão dos Estatutos de Carreira para fomentar a dedicação plena e a produtividade.
 - **Básica/Secundária:** Urgência na capacitação tecnológica de professores para a era da Inteligência Artificial e combate ao "cancro" das greves corporativas e da instabilidade nas colocações.

3. Território e Sistema Político

Portugal é um país profundamente assimétrico, onde o centralismo asfixia o desenvolvimento do Interior.

- **Reorganização do Território:** O Interior tem hoje 35% da população que tinha nos anos 60. É imperativo descentralizar a gestão política e administrativa, criando cidades-âncora e atraindo empresas fora do litoral.

- **Reforma Eleitoral:** O sistema actual gera um desperdício massivo de votos ("votos inúteis") e representa mal as regiões. Propõe-se a revisão dos círculos eleitorais para aproximar eleitos e eleitores.
- **Poder Local:** Questiona-se o actual regime jurídico das autarquias, sugerindo executivos municipais mais coesos e assembleias com genuína autonomia financeira.

4. Estratégia Económica: 10 Propostas para 10 Anos

O crescimento económico é a condição *sine qua non* para a justiça social. Sem produzir riqueza, Portugal continuará a distribuir "poucoquinho".|

Proposta | Meta / Objetivo | Acção Principal

1. **Produtividade no Centro** | Crescimento de 40% do PIB em 10 anos. | Criar um Conselho Nacional para a Produtividade e avaliar políticas pelo seu impacto económico.
2. **Ambiente Fiscal Favorável** | Sistema fiscal simples, previsível e estável. | Reduzir a complexidade, eliminar custos de contexto e incentivar a capitalização das empresas.
3. **Valorização do Talento** | Saldo migratório positivo de mão-de-obra qualificada. | Aumentar salários reais e criar regimes fiscais competitivos para talentos.
4. **Conhecimento e Inovação** | Investimento em I&D de 3% do PIB. | Reforçar a ligação Universidades-Empresas e simplificar a propriedade intelectual.
5. **Reindustrialização Inteligente** | Sector secundário atingir 22% do PIB (média UE). | Focar em clusters tecnológicos: energia, mar, agroindústria e digital.
6. **Recursos Endógenos** | Diversificação da base produtiva. | Estratégia real para a Economia do Mar, Floresta e Indústrias Criativas.
7. **Estabilidade das Políticas** | Garantir previsibilidade aos investidores. | Pactos de regime em matérias estruturais (Fiscalidade, Energia, Educação).
8. **Crescimento para Justiça Social** | Sustentabilidade do Estado Social. | Assumir que não há redistribuição sem criação prévia de riqueza.
9. **Reforma do Mercado Trabalho** | Mobilidade, qualificação e mérito. | Valorizar o desempenho, combater a rigidez e investir em requalificação contínua (*reskilling*).
10. **Combate ao Corporativismo** | Mercados abertos e concorrenciais. | Reforçar a regulação independente e eliminar barreiras artificiais à entrada de novos operadores. |

5. A Cultura Comportamental como Condição Crítica

As reformas estruturais não terão sucesso sem uma evolução na cultura individual e coletiva. Portugal sofre de um défice relativo em organização, pontualidade, disciplina coletiva e aversão ao risco.

Instrumentos de Evolução Positiva

O documento propõe dois catalisadores para mudar a cultura cívica:

1. **Mobilidade:** O trânsito nas cidades é um espelho da indisciplina e da impunidade. Através de melhor **Organização, Sensibilização e Fiscalização** (evitando a "carnificina" nas estradas), pode-se promover o respeito cívico e o racionalismo funcional.
2. **Futebol:** Atualmente, o futebol profissional em Portugal é descrito como um factor de erosão mental e ética, valorizando o "chico-esperto". Propõe-se "futebol à inglesa": um pacto entre dirigentes e televisões para promover a ética, o respeito pelo árbitro e a verdade desportiva, servindo de exemplo para os jovens.

6. Epílogo: O Caminho para o Futuro

A Reforma do Estado e a Reforma da Cultura Comportamental são as duas faces de uma mesma moeda. O sistema atual é imobilista e "não se move" espontaneamente; exige-se uma **indução legislativa firme e esclarecida**.

A mensagem final é de urgência: Portugal tem o conhecimento e a capacidade humana para ser melhor. É necessário que a sociedade moderada e maioritária apoie as reformas para travar a degradação dos serviços públicos e assegurar que o país não continue a afundar-se na comparação com os seus pares europeus.

Produzir mais e melhor não é apenas um objetivo económico, é um imperativo social e democrático.